
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE
JOÃO PESSOA / BR-L1421**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL (RAA)

CONJUNTO HABITACIONAL NOVO SÃO JOSÉ

João Pessoa, PB – Brasil.

Junho de 2017.



**Consultoria e
Participações Ltda.**

Rua Américo Brasiliense, 615 - São Paulo
CEP 04715-003 - Fone / Fax 5546-0733
e-mail: jgp@jgpconsultoria.com.br

Sumário

1.0 Apresentação	1
2.0 Descrição do Projeto.....	3
2.1 Alternativas do Projeto	3
2.2 Caracterização do Projeto	5
3.0 Marco Jurídico Ambiental.....	13
4.0 Condições Socioambientais.....	15
4.1 Aspectos Socioambientais do Entorno	15
4.2 População Beneficiada.....	19
4.3 Gestão Socioambiental das Obras.....	23
5.0 Impactos Socioambientais.....	30
6.0 Envolvimento de Partes Interessadas	34
7.0 Avaliação de Risco de Desastres Naturais.....	38
8.0 Plano de Gestão Ambiental e Social.....	38

Anexos

Anexo 1 - Ata de Reunião de Consulta Pública

Anexo 2 – Lista de participantes da Reunião de Consulta Pública

1.0

Apresentação

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa (BR-L1421), o município apresentou, como contrapartida, um conjunto de obras de infraestrutura e de habitação financiadas pelo Governo Federal.

Os projetos habitacionais apresentados como contrapartida integram o Programa “Minha Casa, Minha Vida”, desenvolvido com apoio da Caixa Econômica Federal e em alguns casos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Objetivando verificar o cumprimento das salvaguardas ambientais e sociais, dentre os projetos oferecidos como contrapartida pelo município de João Pessoa foi definida uma amostra de três projetos habitacionais em fase de implantação, caso dos conjuntos habitacionais Vista Alegre (Bairro Gramame), Saturnino de Brito (Bairro Trancheira) e Novo São José (Bairro Manaíra).

Seguindo as orientações da Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703), o presente documento consolida a avaliação socioambiental do **Conjunto Habitacional Novo São José**, situado no bairro Manaíra, na região leste da cidade de João Pessoa (**Figura 1.0.a**). Com 336 unidades habitacionais, o empreendimento é destinado às famílias enquadradas na Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida, ou seja, com renda mensal familiar de até R\$ 1,8 mil.

O documento foi estruturado de forma a contemplar os aspectos estabelecidos na OP-703 e as orientações constantes no Termo de Referência para Elaboração de Avaliação Ambiental dos conjuntos habitacionais que integram a amostra selecionada.

Assim, inicialmente são tratados os aspectos relativos à caracterização do conjunto habitacional (Seção 2.0) e ao Marco Jurídico aplicável (Seção 3.0). As condições socioambientais existentes são apresentadas na Seção 4.0, seguida pela análise dos impactos socioambientais (seção 5.0), da análise do envolvimento das partes interessadas (Seção 6.0), do risco de desastres naturais (Seção 7.0) e das medidas de correção (Seção 8.0).

As informações que subsidiaram a elaboração do presente Relatório de Avaliação Ambiental foram obtidas em reuniões e inspeções de campo realizadas entre os dias 22 e 25 de março de 2017, bem como na análise de documentação disponibilizada pela prefeitura de João Pessoa.

As inspeções técnicas na área de implantação do Conjunto Habitacional Novo São José foram acompanhadas por representantes da Secretaria Municipal de Habitação de João Pessoa, e por técnicos da empresa JGA Engenharia, responsável pela construção do empreendimento.

Foram também realizadas reuniões com partes interessadas, como as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Habitação da Prefeitura de João Pessoa e o setor de financiamento da habitação da Caixa Econômica Federal.



LEGENDA:

Conjunto Habitacional São José



FIGURA 1.0:

LOCALIZAÇÃO DO PROJETO



PROJETO:

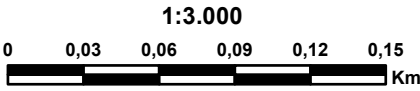
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO
CONJUNTO HABITACIONAL SÃO JOSÉ

Nº DES. JGP: Localização.mxd

DATA: 06/04/2017

Revisão: 0

REFERÊNCIAS:



Projeção: Universal Transversa de Mercator - UTM
Elipsóide de Referência: Sistema de Referência Geocêntrico
para as Américas - SIRGAS 2000 - Fuso 25S

BASE: Imagem proveniente do GOOGLE EARTH PRO, datada 07-09-2016.

2.0

Descrição do Projeto

2.1

Alternativas do Projeto

A avaliação de alternativas locacionais foi pautada pela busca de áreas aptas para a implantação de um conjunto habitacional por parte dos agentes envolvidos, caso da Prefeitura de João Pessoa e da JGA Engenharia.

As 336 unidades habitacionais são destinadas às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres da Comunidade São José, situada junto ao bairro Manaíra, nas proximidades da área selecionada para a implantação do projeto. A ocupação irregular nessa área ocorreu ao longo dos últimos 30 anos, de forma gradativa e desordenada, não restando espaços vazios ou menos adensados. Assim, o raio de busca por áreas potenciais para abrigar o conjunto foi expandido para os bairros mais próximos, João Agripino e Manaíra, de classe média alta, e que também são consolidados e adensados.

A área de implantação do Conjunto Habitacional Novo São José, com 23.305,00 m², corresponde à propriedade do antigo cartório Bessa Veloso, com edificações e outras benfeitorias, além de vegetação exótica.

As imagens apresentadas a seguir (**Figuras 2.1.a, 2.1.b e 2.1.c**) ilustram o uso do solo na área de interesse entre 2007 e 2013.

Uma vez identificada a área/terreno, foi concebida a proposta com o detalhamento do projeto, inclusive das tecnologias e alternativas construtivas.

Figura 2.1.a

Área de Implantação do Conjunto Habitacional Novo São José – Janeiro de 2007



Fonte: Imagem *DigitalGlobe* obtida no aplicativo *Google Earth Pro*.

Figura 2.1.b

Área de Implantação do Conjunto Habitacional Novo São José – Outubro de 2013



Fonte: Imagem *DigitalGlobe* obtida no aplicativo *Google Earth Pro*.

Figura 2.1.c

Área de Implantação do Conjunto Habitacional Novo São José – Setembro de 2016



Fonte: Imagem CNES/Astrium obtida no aplicativo Google Earth Pro.

2.2

Caracterização do Projeto

Objetivos

As obras estão sendo executadas pela empresa JGA Engenharia, responsável pelos serviços de infraestrutura (terraplenagem, contenções, drenagem e redes de água e esgoto) e pelas obras prediais, o que inclui a construção das unidades habitacionais e de edificações de apoio comunitário (de uso comum dos moradores).

A implantação do CH Novo São José, em terreno na margem direita do rio Jaguaribe, objetiva oferecer moradia própria às famílias de baixa renda enquadradas na chamada Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida. A população beneficiada, selecionada pela SEMHAB, é originária de áreas de risco associadas a escorregamentos e inundações existentes na Comunidade São José, situada na margem esquerda do rio Jaguaribe.

Concebido na forma de um conjunto habitacional vertical, o projeto contempla a implantação de um total de 336 unidades habitacionais, distribuídas em 20 blocos com 32 unidades cada e 1 bloco, com 16 unidades. Do total, 326 apartamentos são convencionais e 10 unidades são adaptadas para portadores de necessidades especiais.

Licenciamento Ambiental

De acordo com informações da SEMAM, o empreendimento conta a Licença de Instalação nº 126/2016, expedida pela SEMAM em dezembro de 2016 e válida até 14 de dezembro de 2017. Esta licença constitui uma “renovação” de uma Licença de Instalação anterior (LI nº 041/2014, expedida em maio de 2014 com prazo de validade expirado em 06/05/2015). Para o período compreendido entre maio de 2015 e dezembro 2016 (data de expedição da LI vigente) não foi apresentada nenhuma outra licença.

Conforme consta na referida licença, o interessado é a Secretaria de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa e o empreendimento ou atividade licenciada são “obras de infraestrutura, produção de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, equipamentos comunitários, no bairro São José – Etapa 01 a 02”.

A licença em vigor não apresenta condicionantes específicos relativos às particularidades da obra.

De acordo com a SEMAM a Prefeitura elaborou para o licenciamento ambiental um Plano Controle Ambiental das obras de reordenamento da urbanização do vale do rio Jaguaribe. Não foram disponibilizadas as licenças eventualmente emitidas em fases anteriores do licenciamento, como as Licenças de Localização (LL) e a Licença Prévia (LP).

Projeto urbanístico

Além das unidades habitacionais, o projeto arquitetônico desenvolvido pela JGA Engenharia para o CH Novo São José prevê a implantação de um centro de apoio comunitário, abrigos de lixo, telefone comunitário, áreas de lazer e playgrounds.

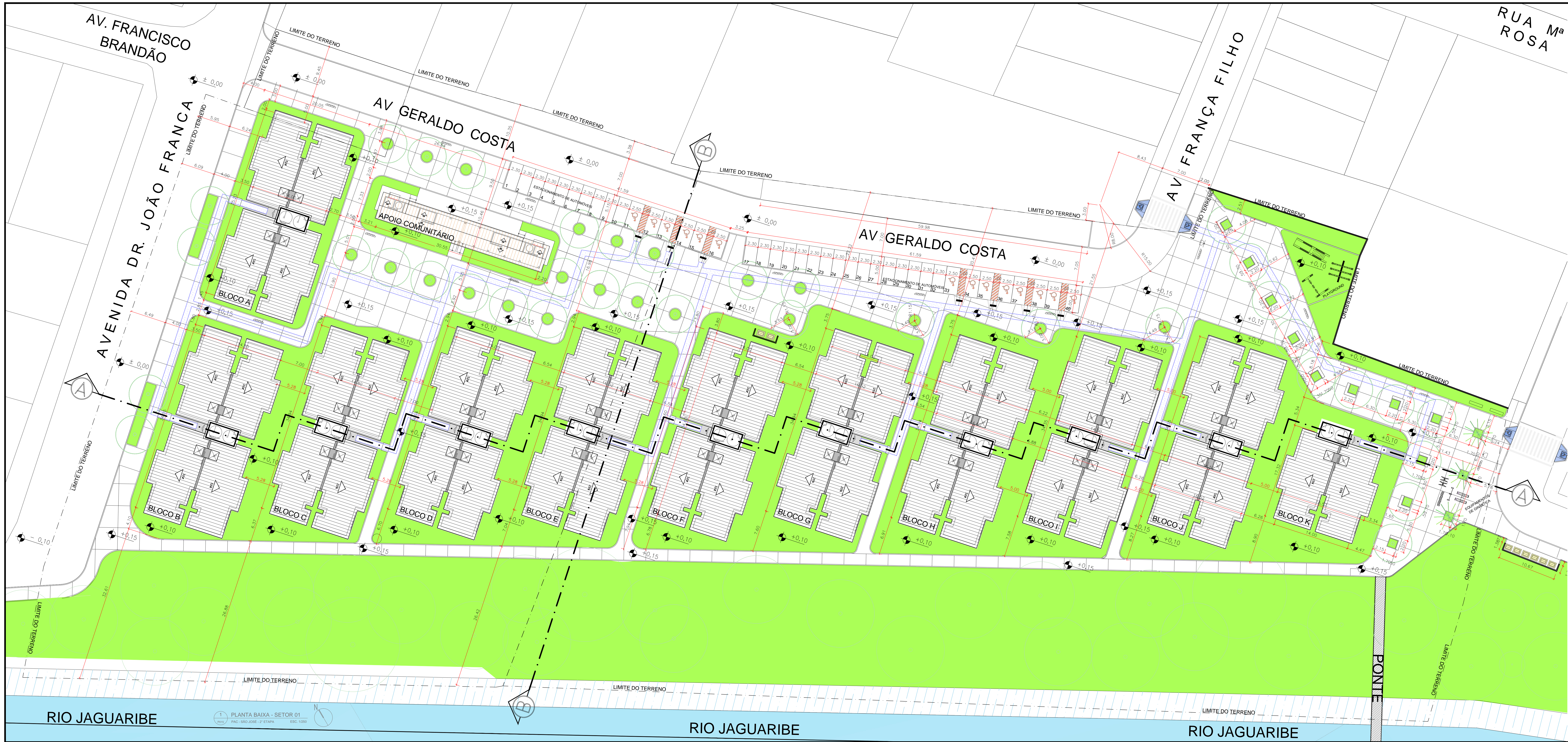
A **Tabela 2.2.a** consolida as principais informações que permitem caracterizar o Conjunto Habitacional Novo São José.

Tabela 2.2.a
Composição do Conjunto Habitacional Novo São José

Elementos do Projeto	Áreas
Áreas Verdes e Áreas de Lazer (incluindo playground e equipamentos de ginástica)	3.941,75 m ²
Área Residencial (Blocos)	5.977,15 m ²
Centro de Apoio Comunitário	202,40 m ²
Área de Circulação de Pedestres / Calçadas	12.661,45 m ²
Estacionamento	522,25 m ²
Área Total do Terreno	23.305,00 m²

Fonte: JGA Engenharia.

A configuração urbanística do Conjunto Habitacional é representada no **Projeto Urbanístico**, fornecido pela SEMHAB e apresentado a seguir.



ROTA ACESSÍVEL

LEGENDA - ESPECIFICAÇÕES REPRESENTAÇÃO GERAL

PROJETO PAC - SÃO JOSÉ

ITEM	REPRESENTAÇÃO	OBSERVAÇÕES GERAIS
01	CAÇADA PROPOSTA 01	BLOCOS DE CONCRETO (INTERTRAVADO) d=10 x 20 x 4 cm 35 MPa NA COR NATURAL; ASSENTADO SOBRE COLCHÃO DE ÁREA GROSSA h=4cm E SUB-BASE EM BRITA GRADUADA h=3cm.
02	CAÇADA PROPOSTA 02	BLOCOS DE CONCRETO (INTERTRAVADO) d=10 x 20 x 4 cm 35 MPa NA COR GRAPITE; ASSENTADO SOBRE COLCHÃO DE ÁREA GROSSA h=4cm E SUB-BASE EM BRITA GRADUADA h=3cm.
03	CAÇADA PROPOSTA 03 (ACESSO AUTOS SERVIÇO)	BLOCOS DE CONCRETO (INTERTRAVADO) d=10 x 20 x 6 cm 35 MPa NA COR AMARELA; ASSENTADO SOBRE COLCHÃO DE ÁREA GROSSA h=4cm E SUB-BASE EM BRITA GRADUADA h=3cm.
04	VIA DE FLUXO INTERNO	BLOCOS DE CONCRETO (INTERTRAVADO) d=10 x 20 x 8 cm 35 MPa NA COR GRAPITE; ASSENTADO SOBRE COLCHÃO DE ÁREA GROSSA h=4cm E SUB-BASE EM BRITA GRADUADA h=3cm.
05	JARDINEIRAS PROPOSTAS	CANTERIOS EXECUTADOS COM SUB-BASE EM BRITA GRADUADA e=5cm E MANTA DE DRENAGEM BÍDIN. OS LIMITES DEVEM SER EXECUTADOS COM BLOCOS EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO RETANGULAR d=50x120x25cm.
06	JARDINEIRAS EXISTENTES	ÁREAS VERDES EXISTENTES
07	VEGETAÇÃO PROPOSTA 01	VEGETAÇÃO DE GRANDE PORTE CONSTITUÍDA, EM SUA MAIORIA, POR COQUEIROS
08	VEGETAÇÃO PROPOSTA 02	ESPECIE A DEFINIR NO PROJETO DE PAISAGISMO
09	LIXEIRA PÚBLICA	LIXEIRA PÚBLICA PARA COLETA SELETIVA
10	TELEFONE PÚBLICO	TELEFONES PÚBLICO RELOCADOS OU EXISTENTES
11	DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REFEITO DA APP	PROJEÇÃO ÁREA DESTINADA DE RECURSOS DO CONTRATO DE REFEITO MP XX
12	BALDE DE LIXO RECICLÁVEL	ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE 1100L, DIMENSÕES: 130x100x120 mm (CxLxAlt)
13	PONTO DE REFERÊNCIA PARA COORD. LTM	
14	PONTO DE REFERÊNCIA PARA LOCAÇÃO	

INSCRIÇÃO NO CADASTRO IMOBILIÁRIO

ST	GO	LT	SL	CV
04	208	1138		

ZAP ZR1

LOCALIZAÇÃO

ESCALA 1:2000

Proprietário

CNPJ: 00.896.853/0001-53

Projeto

CAU A28356-3

Construtor

CREA 1602821666

5"

4"

3"

2"

1"

0

REVISÃO

DATA

PROJETISTA

EMISSÃO INICIAL

DESCRIÇÃO

OBRA: RESIDENCIAL NOVO SÃO JOSÉ

URBANIZAÇÃO - PAC SÃO JOSÉ

FOLHA: 01/08

ENDEREÇO: Rua Geraldo Costa, s/n

Manaira - João Pessoa PB

TIPO DE PROJETO: Projeto Legal

TÍTULO: URBANISMO

ESCALA: 1/250

INPLANTAÇÃO GERAL

REVISÃO

NOV/2014

DESENHO

ÁREA BLOCO SJA

CONFIRMAÇÃO

RICARDO

www.jaguaribemais.com.br

Rua Vanda Porto Figueiras, 120

Tamborém - João Pessoa - PB

CEP: 55060-110

CNPJ: 00.896.853/0001-53

Fone: (83) 3247-2310

Email: jga@jaguaribemais.com.br

RESP. TÉCNICO: Adriano Moreira

CAU A28356-3

QUADRO DE ÁREAS:

ÁREA	m²
TERRENO	23.698,38

Conforme se observa, o projeto não prevê vias internas ao CH Novo São José para circulação de veículos.

Na área do terreno, ao longo da Avenida Geraldo Costa, é previsto 1 bloco de apartamentos com 32 unidades habitacionais (Bloco A), na esquina com a Avenida Dr. João Franca, o Centro de Apoio Comunitário, e as seguintes vagas de estacionamento:

- 10 vagas com 2,30 m de largura x 5,15 m de comprimento;
- 06 vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, com dimensões de 2,50 m x 5,15 m, com 03 faixas adicionais entre as mesmas, com 1,20 m x 5,15 m;
- 16 vagas com 2,30 x 5,00 m;
- 08 vagas reservadas para portadores de necessidades especiais, com dimensões de 2,50 m x 5,00 m, com 04 faixas adicionais entre as mesmas, com 1,20 m x 5,00 m.

Na área junto à esquina com a Avenida França Filho está previsto um *playground*, e na extremidade leste do terreno serão instalados equipamentos de ginástica.

Na porção do terreno mais próxima à margem direita do rio Jaguaribe estão dispostos os demais blocos do CH Novo São José (Blocos B a K), sendo a distância mínima entre os edifícios equivalente a 5,00 m.

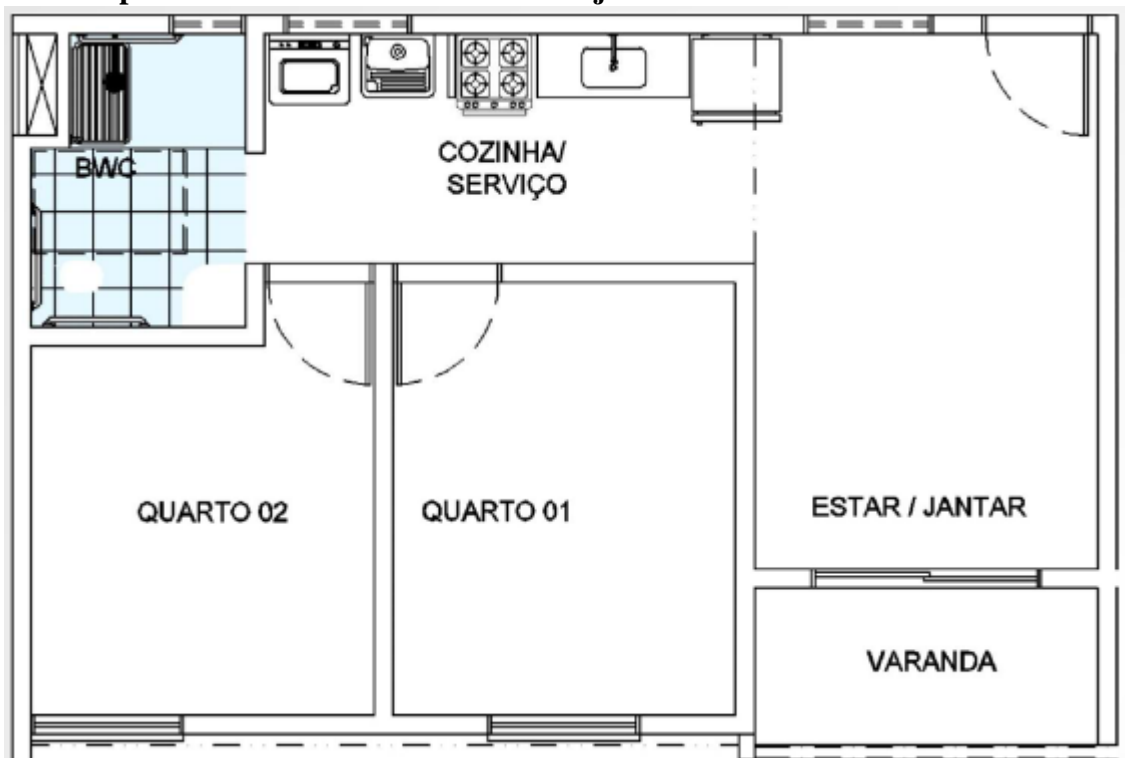
O terreno é plano e nas calçadas de acesso ao Conjunto Habitacional foram projetadas rampas de acessibilidade.

Unidades habitacionais

Todas as unidades possuem área total de 49,11 m² distribuídos entre uma sala estar/jantar, varanda, dois quartos, um banheiro, cozinha/área de serviço, conforme ilustrado na **Figura 2.2.a**, a seguir.

Figura 2.2.a

Planta tipo de unidade habitacional do Conjunto Novo São José



Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/SEM HAB.

O acabamento interno das unidades inclui a implantação de revestimento cerâmico em pisos, nas paredes da cozinha, banheiro e área de serviço, além de bancada inox na cozinha. As unidades serão dotadas ainda de medidores telemétricos individualizados de água e energia elétrica, além de infraestrutura para telefonia fixa e TV.

Infraestrutura

O empreendimento será atendido pelas redes públicas de distribuição de água e coleta de esgotos, operadas pela Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

Obras

A implantação do Conjunto Habitacional Novo São José foi iniciada em dezembro de 2015 e deve ser concluída em novembro de 2017, segundo a SEMHAB.

De acordo com informações fornecidas pela SEMHAB o percentual de avanço da obra é de 40%, com estrutura da maioria dos blocos e condomínios concluída. Nesse aspecto, os serviços se concentram atualmente no acabamento interno das unidades.

Segundo informações da SEMAHB, na medida em que as obras avançam e os blocos são entregues pela construtora, os mesmos serão ocupados pelas famílias residentes nas áreas de maior risco da Comunidade São José.

O **Registro Fotográfico** apresentado ao final desta Seção ilustra resumidamente o estágio atual das obras.

Zoneamento

A área implantação do CH Novo São José foi enquadrada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) pela Resolução nº 13/CDU–GP/2014 do Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU. No entanto, tal mudança no zoneamento, de Zona Residencial para ZEIS, não foi ainda estabelecida por lei municipal. A **Figura 2.2.b** representa a ZEIS que compreende a área de implantação do projeto, conforme proposta da Prefeitura de João Pessoa.

Página em branco – Figura 2.2.b





Foto 1: CH Novo São José.



Foto 2: Obras em um dos blocos do CH Novo São José.



Foto 3: Edifícios do CH Novo São José em fase de implantação.



Foto 4: Edifícios do CH Novo São José em fase de implantação.



Foto 5: Bloco em construção.



Foto 6: Acabamento em unidade do CH Novo São José.



Foto 7: Instalação de cobertura em bloco do CH Novo São José.



Foto 8: Edifícios do CH Novo São José em fase de implantação.

3.0

Marco Jurídico Ambiental

A presente seção aborda a legislação aplicável ao projeto, sobretudo no que se refere ao seu licenciamento ambiental.

Com mais ênfase, aplicam-se ao projeto em pauta os diplomas da esfera federal e municipal.

No âmbito federal destaca-se, inicialmente, a Resolução Conama nº 1/1986, que estabelece que somente os projetos urbanísticos com área superior a 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental, a critério dos órgãos ambientais, terão o licenciamento condicionado à elaboração de Estudo de Impacto Ambiental. O empreendimento urbanístico em pauta tem área inferior a 100 hectares.

Complementarmente, a Resolução Conama nº 237/1997 inclui, dentre as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, os projetos de parcelamento do solo.

Também aplicável ao projeto é o Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), que estabelece que a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, depende de prévia autorização do órgão competente.

O Código Florestal estabelece ainda as áreas de preservação permanente. Conforme a redação dada no artigo 3º, a Lei define como área de preservação permanente (APP), a “área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Nas áreas enquadradas como APP é proibida a supressão de vegetação, assim como qualquer outro tipo de intervenção, salvo aquelas consideradas de utilidade pública ou interesse social e/ou consideradas de baixo impacto ambiental, devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Outro diploma federal aplicável às obras do conjunto habitacional é a Lei nº 11.428/2006, que trata da utilização e proteção da vegetação do bioma Mata Atlântica. O município de João Pessoa está situado no bioma, de forma que a supressão de vegetação enquadrada no estágio médio de regeneração depende de autorização do órgão estadual.

Na esfera municipal os diplomas aplicáveis ao projeto são principalmente o Código de Meio Ambiente do Município de João Pessoa (Lei Complementar de 29 de agosto de 2002), que estabelece a SEMAM como órgão executivo da política ambiental municipal, e o Decreto nº 4.691/02. Este último, com base no primeiro, regulamenta o Licenciamento Ambiental e a Avaliação de Impactos Ambientais no município de João Pessoa, sendo o instrumento legal do município que pauta o licenciamento de empreendimentos, inclusive os urbanísticos.

O Anexo I do Decreto nº 4.691/02 lista as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Dentre os empreendimentos sujeitos ao licenciamento e a “estudos especiais” encontram-se os loteamentos residenciais e condomínios plurifamiliar (item 45), como é o caso do CH Novo São José.

Ainda de acordo com o Decreto nº 4.691/02, no limite da sua competência, nos processos de licenciamento ambiental a SEMAM expedirá as seguintes licenças:

- I – Licença de Localização (LL): requerida pelo proponente do empreendimento ou atividade, para verificação de adequação aos critérios do zoneamento ambiental do Município;
- II – Licença Simplificada (LS): autoriza a operação para micro e pequenas empresas, cujas atividades tenham pequeno impacto ambiental com a expedição de uma única licença, não podendo ser superior a 2 (dois) anos, sendo passível de renovação;
- III. – Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento ou atividade, aprova sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas fases subsequentes de sua implementação, não podendo ser superior a 02 (dois) anos e não sendo passível de renovação.
- IV. – Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluídas as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, não podendo ser superior a 2 (dois) anos, sendo passível de renovação;
- V. – Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento após a verificação de efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com a escrita observância das medidas de controle ambiental e dos condicionamentos determinados para a operação e Licença de Ampliação (LA) requerida pelo proponente do empreendimento ou atividades mediante apresentação do projeto componente e do EIA/RIMA, quando exigido, não podendo ser superior a 2 (dois) anos, sendo passível de renovação.

Considerando as licenças emitidas pela SEMAM e levando em conta o porte e características do projeto, e presumível que o licenciamento do conjunto habitacional conduzido pelo município tenha contemplado, até o momento, a emissão da LL (verificação da conformidade com o zoneamento), da LP (viabilidade ambiental) e da LI (instalação).

No entanto, as informações obtidas na SEMAM, em reunião técnica, indicam que o processo de licenciamento foi simplificado, tendo se baseado na apresentação de informações e caracterização do projeto e posterior emissão da Licença de Instalação.

De acordo com a SEMAM, o processo é iniciado com a apresentação de informações do projeto (plantas, memoriais descritivos, certidões, Anotações de Responsabilidade Técnica, entre outros). A secretaria efetua a análise, efetua vistorias e, se necessário, solicita estudos ambientais específicos.

4.0

Condições Socioambientais

Nesta seção são descritos e analisados os aspectos que definem as condições socioambientais da área de implantação do projeto e do seu entorno. São caracterizados aspectos relativos aos atributos da Área de Influência Direta (Seção 4.1), características socioeconômicas da população beneficiada pela implantação do CH Novo São José (Seção 4.2), além do controle ambiental das obras e das condições de trabalho (Seção 4.3).

As informações utilizadas como referência foram coletadas em vistorias nas obras e no entorno do projeto entre os dias 22 e 24 de março de 2017, complementadas com informações disponibilizadas pela Prefeitura de João Pessoa e pela consultoria responsável pelo Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização (PERR).

4.1

Aspectos Socioambientais do Entorno

Situado no Bairro Manaíra, o Conjunto Habitacional Novo São José se insere em região densamente urbanizada e valorizada na porção leste de João Pessoa em razão de sua proximidade com a orla litorânea.

A área onde o projeto está sendo implantado está ainda situada na margem direita do rio Jaguaribe. O rio apresenta baixa declividade no seu canal, o que favorece a deposição de sedimentos e o assoreamento, o que demanda dragagem para reduzir o risco de enchentes.

Na margem esquerda do rio está situada a comunidade São José, que ocupa ao menos parcialmente encostas e ocupava áreas na margem do rio. As famílias beneficiadas pelas unidades do projeto são oriundas de áreas de risco situadas nessa comunidade.

Contiguamente à Comunidade São José está localizado o bairro Brisamar, que compreende áreas topograficamente mais elevadas.

Manaíra e Brisamar são bairros valorizados do ponto de vista imobiliário. Apresentam perfil misto, com ocupação residencial significativa, mas com muitos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Aspecto relevante do uso do solo é o processo de verticalização, evidenciado por numerosas torres residenciais nos dois bairros.

A **Figura 4.1.a** ilustra a condição geral verificada quanto ao padrão de uso e ocupação do solo no entorno do projeto.

No que se refere aos equipamentos públicos, no entorno do projeto (raio de 1 quilômetro) há poucos equipamentos públicos de saúde e educação. Destacam-se uma creche na Comunidade São José e a unidade de saúde da família São José, em Manaíra. Estes equipamentos têm sua localização representada na **Figura 4.1.b**, que reproduz mapeamento de equipamentos públicos elaborado pela SEMHAB.

Figura 4.1.a
Ocupação no entorno do Conjunto Habitacional Novo São José



Fonte: Imagem *DigitalGlobe* obtida no aplicativo *Google Earth Pro*.

Figura 4.1.b
Localização de Equipamentos no Entorno do Conjunto Habitacional Novo São José

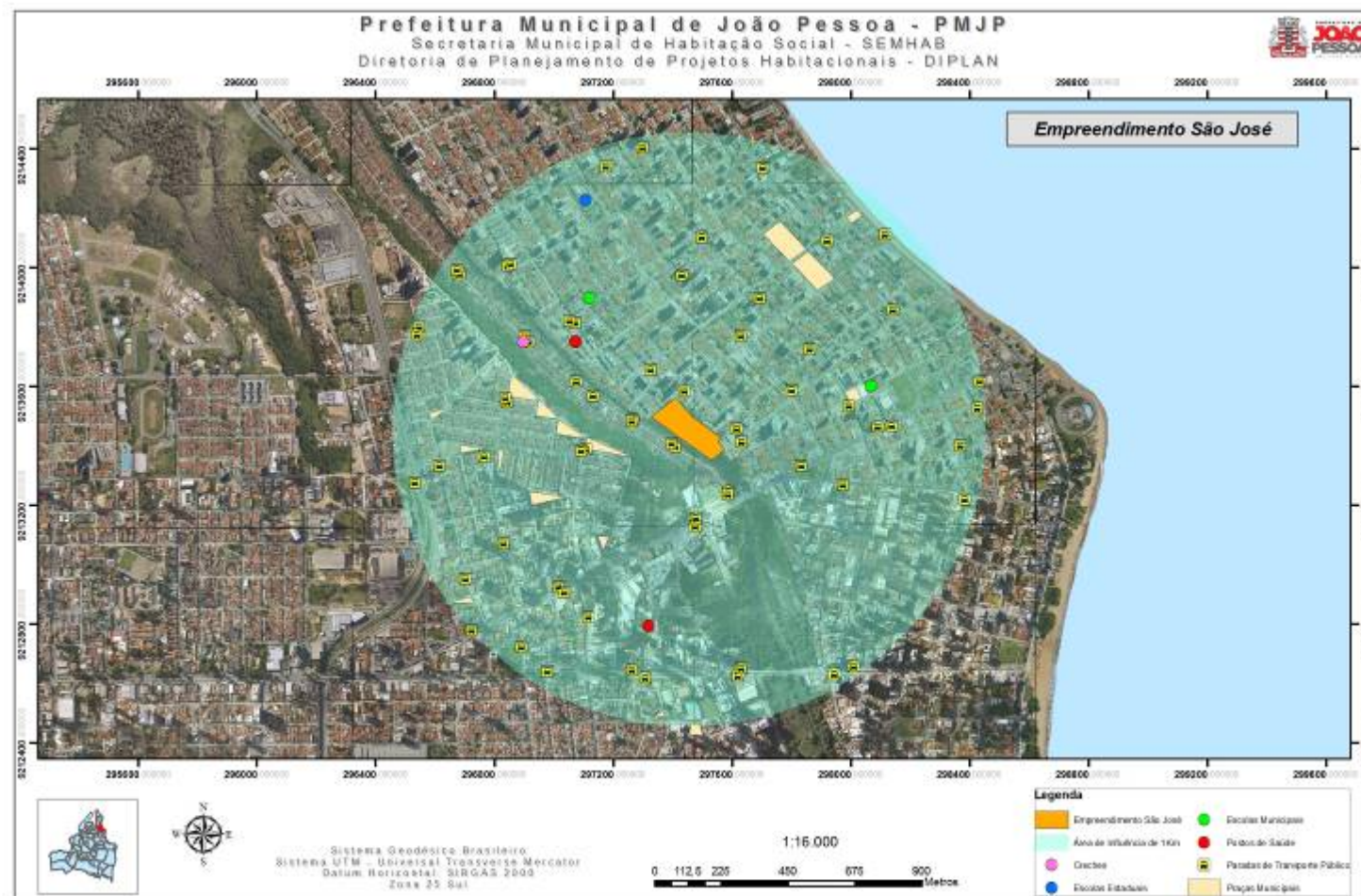




Foto 9: Bairo Manaíra com suas torres residenciais.



Foto 10: Bairo Manaíra.



Foto 11: Unidade de Saúde da Família no Bairo Manaíra.



Foto 12: Unidade escolar de educação infantil no Bairo Manaíra.



Foto 13: Canal fluvial do rio Jaguaribe em processo de desassoreamento (sedimentos retirados na margem do rio), junto ao CH Novo São José.



Foto 14: Rua da Comunidade São José, na margem do rio Jaguaribe.



Foto 15: Rua da Comunidade São José, na margem do rio Jaguaribe.



Foto 16: Edificação construída na margem do rio Jaguaribe.

4.2

População Beneficiada

Conforme já descrito neste relatório, de acordo com informações fornecidas pela SEMHAB, as 336 unidades habitacionais do CH Novo São José serão ocupadas por famílias que residem em áreas de risco de deslizamentos e inundações da Comunidade São José.

Esse público foi objeto do Plano Executivo de Reassentamento e Relocalização (PERR), elaborado pela consultora Marília Scombatti com participação da Prefeitura de João Pessoa, que consolida informações representativas do perfil socioeconômico da população beneficiada pelo CH Novo São José.

A seguir são apresentadas algumas informações ilustrativas do perfil socioeconômico das famílias.

Perfil demográfico

A população que será transferida para CH Novo São José totaliza 866 pessoas distribuídas em 336 famílias. Há predominância do gênero feminino (50,24%) no conjunto da população. A participação feminina é especialmente destacada na chefia das famílias (64,88%), conforme mostrado na **Tabela 4.2.a**.

Tabela 4.2.a

Perfil populacional das famílias beneficiadas – Novo São José

Tipologia	Gênero	Total	Percentual%
População/Pessoas	Feminino	435	50,24%
	Masculino	376	43,41%
	Não Informado	55	6,35%
	Total	866	100%
Chefes de família	Feminino	218	64,88%
	Masculino	63	18,75%
	Não Informado	55	16,37%
	Total	336	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB/PERR Novo São José, 2017.

No que se refere à faixa etária há predomínio da faixa de 18 a 59 anos, embora o contingente de crianças seja significativo (27,94%). Já as pessoas idosas com idade superior a 60 anos (idosos) correspondem a 4,04% do total da população contemplada no PERR do condomínio Novo São José. A **Tabela 4.2.b** apresenta a população segundo faixas de idade.

Tabela 4.2.b
Faixa etária

Faixa Etária	Total	%
De 0 a 6 anos	140	16,16%
De 7 a 12 anos	102	11,78%
De 13 a 17 anos	82	9,46%
De 18 a 59 anos	435	50,24%
A partir de 60 anos	35	4,04%
Não Informado	72	8,32%
Total	866	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB/PERR Novo São José, 2017.

De acordo com dados consolidados no PERR, a maioria dos chefes de família (75,9%) se enquadra na faixa etária compreendida entre 18 e 59 anos. Do total de chefes de família cadastrados (336 pessoas), 21 pessoas são idosas, o equivalente a 6,25% do total de chefes de família.

No que se refere ao grau de escolaridade dos chefes de família, os dados apresentados no PERR apontam que 11,30% são analfabetos (analfabetos absolutos e funcionais). O predomínio é de pessoas com o Ensino Fundamental incompleto, conforme mostrado na **Tabela 4.2.c**.

Tabela 4.2.c
Escolaridade chefes de família

Escolaridade	Total	%
Não alfabetizado	38	11,30%
Alfabetizado	44	13,10%
Ensino fundamental incompleto	116	34,53%
Ensino fundamental completo	16	4,76%
Ensino médio incompleto	27	8,03%
Ensino médio completo	25	7,45%
Superior incompleto	01	0,30%
Superior completo	01	0,30%
Não informada	68	20,23%
Total	336	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB/PERR Novo São José, 2017.

Em relação à renda dos chefes de família, o PERR registra que a população é de baixa renda, com 58,63% dos beneficiários com renda mensal de até 1 Salário Mínimo (SM). Parcela significativa de 23,51% informou não possuir renda. Tais atributos confirmam a vulnerabilidade do público beneficiado com o projeto.

Tabela 4.2.d
Renda dos chefes de famílias

Valor da Renda	Total	Percentual%
Até 01 SM	197	58,63%
Até 02 SM	28	8,33%
Até 03 SM	02	0,60%
Sem renda	30	8,93%
Total	336	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB/PERR Novo São José, 2017.

Por fim, em relação à ocupação profissional, verifica-se que 443 (51,15%) da população possui atualmente alguma ocupação que resulte em rendimentos, com absoluta predominância de atividades profissionais de baixa qualificação, conforme demonstrado na **Tabela 4.2.e**.

Tabela 4.2.e
Atividades remuneradas desenvolvidas pela população economicamente ativa

Ocupação Atual	Quantidade	%
Açougueiro(a)	1	0,23%
Agente de saúde	2	0,45%
Agricultor	3	0,68%
Ajudante produção	1	0,23%
Armador	1	0,23%
Artesã(o)	1	0,23%
Atendente	4	0,90%
Autônomo	4	0,90%
Auxiliar de serviços gerais	6	1,35%
Auxiliar de encomendas	1	0,23%
Auxiliar administrativo	1	0,23%
Auxiliar de cozinha	4	0,90%
Auxiliar de secretaria	1	0,23%
Babá	2	0,45%
Balconista	4	0,90%
Barman	1	0,23%
Cabeleireiro(a)	3	0,68%
Carpinteiro(a)	1	0,23%
Catador	5	1,13%
Chapeiro	1	0,23%
Comerciante	6	1,35%
Comerciário	2	0,45%
Cozinheiro(a)	7	1,58%
Diarista	33	7,45%
Eletricista	2	0,45%
Empregada Doméstica	48	10,84%
Empresário	1	0,23%
Entregador	1	0,23%
Estoquista	1	0,23%
Faxineiro(a)	1	0,23%

Tabela 4.2.e**Atividades remuneradas desenvolvidas pela população economicamente ativa**

Feirante	2	0,45%
Flanelinha	1	0,23%
Frentista	1	0,23%
Frentista	1	0,23%
Funcionário Público	4	0,90%
Gaçon(ete)	8	1,81%
Gesseiro	3	0,68%
Jardineiro	1	0,23%
Lavador de carros	1	0,23%
Manicure	2	0,45%
Mecânico	2	0,45%
Mestre de Obras	1	0,23%
Motorista	4	0,90%
Músico	1	0,23%
Office-boy	1	0,23%
Operador de máquinas	1	0,23%
Pasteleiro	1	0,23%
Pedreiro	17	3,84%
Pescador	6	1,35%
Pintor	12	2,71%
Piscineiro	1	0,23%
Porteiro	15	3,39%
Professora	2	0,45%
Recepcionista	3	0,68%
Repositor(a)	2	0,45%
Saladeira	1	0,23%
Sapateiro	1	0,23%
Secretário(a)	1	0,23%
Segurança	3	0,68%
Servente de obras	13	2,93%
Serviços gerais	3	0,68%
Técnico de informática	1	0,23%
Técnico instalador	1	0,23%
Vendedor ambulante	1	0,23%
Vendedor	5	1,13%
Vigilante	3	0,68%
Zelador	5	1,13%
Vazios	163	36,67
Total com rendimentos	443	100,0%
Total de pessoas cadastradas	866	51,15%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – SEMHAB/PERR Novo São José, 2017.

4.3

Gestão Socioambiental das Obras

Na presente Seção são apresentados os aspectos da gestão socioambiental das obras, o que inclui os procedimentos de controle ambiental no canteiro e nas frentes de obra, mas também questões relacionadas às condições de trabalho.

As obras do CH Novo São José foram inspecionadas nos dias 22 e 24 de março de 2017 com acompanhamento de representantes da SEMHAB e da JGA Engenharia, responsável pela obra. Foram também obtidas informações complementares em reunião com o engenheiro da JGA responsável pela obra. O objetivo da inspeção foi o de verificar, de forma expedita, as condições socioambientais das obras, o que contemplou os procedimentos de controle ambiental e aspectos relacionados às condições de trabalho.

A JGA Engenharia é a responsável pelas obras de infraestrutura (terraplenagem, contenções, drenagem e redes de água e esgoto) e pelas obras prediais (unidades habitacionais e equipamentos públicos). Os serviços desenvolvidos pela empresa se concentram atualmente nas obras prediais, com blocos em fase inicial de acabamento e outros com estrutura em andamento.

Do contingente de 103 trabalhadores atualmente envolvidos na obra, aproximadamente 30 trabalhadores não têm como origem o município de João Pessoa, motivo pelo qual se encontram instalados em alojamento. A origem da maioria de trabalhadores alojados é o estado do Maranhão.

De acordo com informações fornecidas pela JGA, os efluentes domésticos gerados no canteiro de obras são coletados pela rede pública do bairro Manaíra. O fornecimento de água também é feito pela rede pública. Os resíduos domésticos gerados são, de acordo com as informações da empresa, devidamente coletados no canteiro de obras e coletados pelo serviço público de coleta de resíduos do município de João Pessoa. Os resíduos de obra, ainda segundo a construtora, são devidamente coletados no canteiro de obras, classificados e encaminhados, por empresa especializada (Via Limpa), para reciclagem ou aterro.

A situação observada nas obras é apresenta a seguir. O Registro Fotográfico apresentado no final desta seção ilustra as condições verificadas durante a inspeção.

Gestão de resíduos sólidos

Foram observados problemas pontuais de acumulação de resíduos sólidos em diferentes pontos do canteiro. Nesses locais, o procedimento adotado tem sido o de acumular temporariamente os resíduos gerados nas obras prediais, nos diferentes blocos. Não há coletores instalados nos blocos ou condomínios.

Controle de erosão

Os serviços construtivos que apresentam maior potencial para geração de processos envolvem a movimentação de terra. Estas atividades de terraplenagem foram executadas pela JGA na fase inicial das obras. Há áreas de solo exposto e recentemente movimentado, porém o terreno é totalmente plano, o que limita o potencial de processos erosivos.

Estruturas de apoio

As obras do CH Novo São José não contam com central de concreto, armazenamento de combustível, oficina mecânica ou alojamentos. Abastecimento e manutenção de veículos são realizados por estabelecimentos externos. O concreto é produzido pela JGA no canteiro de obras do CH Vista Alegre, situado no Bairro Gramame.



Foto 17: Madeiras e outros resíduos de obra coletados.



Foto 18: Malhas metálicas reservadas para reutilização.



Foto 19: Baia destinada ao armazenamento de resíduos sólidos.



Foto 20: Baia de armazenamento de produtos perigosos.



Foto 21: Baia de armazenamento de embalagens/tambores.



Foto 22: Baia de deposição provisória de entulho de obra.

Condições de Trabalho

As condições de trabalho foram também objeto de verificação expedita durante a vistoria realizada nos dias 23 e 24 de março de 2017.

Em diferentes áreas de trabalho foi verificado o uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) por parte dos trabalhadores, embora também tenham sido observados problemas pontuais no seu uso, porém em situações sem risco elevado.

No entanto, o principal aspecto a ser destacado nas condições de trabalho se refere às condições do alojamento dos trabalhadores. Atualmente, segundo informações da JGA, 30 trabalhadores estão alojados. No local do alojamento foi registrada a informação de 35 operários alojados.

Situado fora do canteiro de obras, o alojamento ocupa imóvel residencial alugado, situado na Rua Virgolveno Florentino Costa, nas proximidades do projeto, no próprio bairro Manaíra. Trata-se de residência de dois pavimentos. O piso superior estava fechado quando da inspeção, sem trabalhadores no local que pudessem viabilizar o acesso. Assim, apenas a sala, dois quartos e a cozinha, todos situados no piso inferior, foram vistoriadas.

Os principais aspectos observados no alojamento são listados a seguir:

- Todos os cômodos do piso inferior são utilizados como dormitório, o que inclui a sala e cozinha do imóvel;
- Dos dois banheiros do imóvel, um é utilizado exclusivamente pelo vigilante do alojamento. O banheiro utilizado pelos trabalhadores está situado dentro de um dos dormitórios, o que causa transtornos aos ocupantes desse dormitório, além de filas para o uso da instalação sanitária, especialmente nos horários de banho;
- Os quartos são de pequenas dimensões, com medidas máximas de 3 x 3 m. Cada quarto abriga 6 trabalhadores;
- Os quartos não possuem ventilação e iluminação natural;

- O quarto que possui banheiro acomoda 6 trabalhadores. Dada a falta de circulação de ar, com o uso do banheiro, o ambiente se torna insalubre, sendo marcante a umidade oriunda do banheiro e que significativamente este dormitório, mas também outros ambientes do alojamento;
- Todas as camas beliches foram construídas com madeira de obra. Esse material não permite limpeza adequada, além de propiciar acúmulo de umidade; também pode não garantir a plena adequação de distanciamento entre camas e entre a cama superior e teto (1,2 m, segundo NR-18). Armários para guarda de pertences pessoais também foram montados com o mesmo material;
- Não há espaço coletivo que possa ser utilizado para convívio e lazer, como uma sala de TV. Há um aparelho de TV no alojamento, porém sem condições de uso e adquirido pelos próprios trabalhadores, segundo relato obtido na inspeção;
- A limpeza do alojamento é feita uma vez por semana;
- Não há disponibilidade de água filtrada para consumo no interior do alojamento;
- Não há espaço suficiente e adequado para a secagem de roupas.

As condições ora descritas não atendem as exigências e orientações estabelecidas na Norma Regulamentadora NR-18.

O **Registro Fotográfico** a seguir ilustra a condição verificada no alojamento de trabalhadores do CH Novo São José.



Foto 23: Imóvel utilizado como alojamento de trabalhadores das obras do CH Novo São José.



Foto 24: Aspecto do dormitório instalado na cozinha do imóvel. Beliches de madeira rústica instaladas sem afastamento entre si.



Foto 25: Armário para guarda de pertences construído com madeira.



Foto 26: Dormitório de trabalhadores em um dos quartos do imóvel. Cômodo com banheiro, sem ventilação e iluminação natural e abrigando 6 trabalhadores.



Foto 27: Dormitório do alojamento.



Foto 28: Dormitório do alojamento.



Foto 29: Instalação elétrica improvisada para ligação de ventiladores.



Foto 30: Dormitório instalado na cozinha do imóvel. TV adquirida por operários não funciona.



Foto 31: Banheiro situado em um dos dormitórios.



Foto 32: Detalhe de beliche

Consultas e reclamações

De acordo com informações da JGA Engenharia o projeto não possui canais de comunicação efetivos para o recebimento de consultas e reclamações da comunidade. Não há um telefone ou outro meio em que a empresa receba, por exemplo, reclamações sobre eventuais impactos ou transtornos causados pelas atividades ligadas a obra.

5.0

Impactos Socioambientais

Considerando as características, o porte das obras do CH Novo São José e a área que o empreendimento está situado, são indicados a seguir os potenciais impactos socioambientais.

Impactos Potenciais Durante a Construção

1. Perda de cobertura vegetal

Antes das obras, a área atualmente ocupada pelo CH Novo São José era ocupada por vegetação exótica e indivíduos arbóreos nativos. Toda a vegetação arbórea foi removida para a implantação do empreendimento. Trata-se de qualquer forma de impacto da baixa intensidade em razão do alto grau de antropização da área.

2. Tráfego de Construção

As atividades de obra geraram tráfego associado ao transporte de materiais e insumos, e a remoção de solos de escavação e resíduos de construção. Há também a geração de tráfego associado ao transporte da população empregada na obra, no entanto com intensidade bastante limitada.

As inconveniências inerentes à mescla de tráfego habitual com veículos de carga é de maior relevância em vias locais, normalmente estreitas, ou ainda nos eixos utilizados pelo transporte coletivo. Esse incremento no tráfego pode, em tese, resultar no aumento dos tempos de viagem, no aumento do risco de acidentes e também em danos nas vias no caso de intenso tráfego de veículos pesados.

Na fase atual das obras do CH Novo São José, o fluxo de veículos pesados a serviço das obras é reduzido, com pequena interferência ou transtorno para usuários das vias locais.

Entrevistas realizadas com moradores do entorno das obras não indicaram, no atual momento das obras, a questão do tráfego de veículos da obra como um relevante efeito adverso.

3. Apropriação Parcial da Capacidade de Disposição de Resíduos Sólidos

Além do solo de escavação, diversos resíduos da construção civil foram e serão gerados durante a implantação do CH Novo São José. Isso inclui entulho de demolição das construções existentes no terreno, restos de carpintaria (formas e desformas), restos armadura (vergalhões e outros elementos), sobras de gesso, alvenaria, etc.

Parte desses resíduos da construção civil é encaminhada para disposição final em aterro ou para reciclagem.

De qualquer forma, o volume gerado de resíduos sólidos e encaminhado para aterro sanitário durante as obras é significativo e sua disposição representa a apropriação da capacidade local de disposição.

4. Geração de Processos Erosivos e Assoreamento

Processos erosivos podem ocorrer no interior do terreno, principalmente durante a fase de terraplenagem, atividade já executada no CH Novo São José.

O terreno possui áreas de solo exposto e proximidade com o rio Jaguaribe. No entanto, o terreno é plano e a movimentação de terra mais significativa foi executada, o que reduz a probabilidade de ocorrência de impactos associados a processos erosivos e assoreamento.

5. Vibrações e Riscos de Danos às Construções Vizinhas

Os riscos para as construções vizinhas são diferenciados segundo a sua distância com relação às obras, e também em função de constituição estrutural. De qualquer forma, avalia-se que edificações mais próximas ao terreno apresentam maior potencial de ocorrência de danos associados às vibrações.

Os impactos de vibração são atribuíveis principalmente às atividades de terraplenagem, já desenvolvidas nas obras do CH Novo São José. No entanto, a vibração como decorrência da movimentação de veículos pesados é também esperada.

Como consequência indireta do efeito da vibração, podem ocorrer trincas e outros danos menores nas edificações vizinhas, em especial no caso das construções residenciais construídas sem fundações e estrutura corretamente projetada.

Em entrevistas com moradores vizinhos às obras não foram obtidos registros de danos eventualmente causados por vibrações durante as obras.

6. Alteração da Qualidade do Ar Durante a Construção

Os impactos na qualidade do ar durante a construção se devem às emissões de gases por veículos a serviço das obras e a suspensão de poeira. No primeiro caso, os impactos não podem ser considerados significativos, haja vista a intensidade do tráfego e a pouca expressividade das emissões de equipamentos e veículos a serviços das obras.

Já no caso da poeira em suspensão, os efeitos são potencialmente mais significativos para a vizinhança das obras, sobretudo em situações em que sedimentos foram transportados pelo escoamento superficial e depositados no sistema viário. É um impacto com intensidade variável durante a maior parte do ciclo de construção, afetando as construções adjacentes e produzindo incômodo para a população do entorno imediato.

Nas entrevistas com moradores próximos às obras do CH Novo São José não foram obtidos registros de incômodos temporários causados pela suspensão de poeira.

7. Redução de Áreas Permeáveis

A urbanização representa um incremento das áreas impermeabilizadas. O aumento da superfície impermeável ocorrerá principalmente em razão da pavimentação das vias do CH Novo São José e também da implantação das edificações.

Um dos principais problemas associados à impermeabilização do solo refere-se à diminuição das áreas de infiltração, com consequente alteração do equilíbrio natural entre escoamento superficial e processos de infiltração da água no solo. Assim, parte da precipitação incidente sobre área irá atingir os canais hídricos com maior rapidez e maior volume, potencializando a ocorrência de enchentes.

No caso do CH Novo São José, dos 23 mil m² de área do terreno, aproximadamente 19 mil m² serão impermeabilizados.

8. Ruído de Construção

As obras civis são geradoras de ruídos em decorrência do tráfego de veículos, da operação de equipamentos e da presença de trabalhadores. Os impactos nesse caso são percebidos diferentemente pelos próprios trabalhadores da obra e pela vizinhança. Em ambos os casos, é necessário atender aos limites de nível de ruído e de horários estabelecidos pela legislação vigente.

Moradores entrevistados não informaram incômodos associados ao aumento do ruído durante as obras do CH Novo São José.

9. Riscos de Contaminação do Solo e/ou Água Subterrânea por Vazamentos Acidentais

A execução das obras de um conjunto habitacional do porte do CH Novo São José exige a utilização de diversos equipamentos e produtos químicos. Resíduos descartados incorretamente também podem resultar na contaminação. Essa condição implica necessariamente no risco de vazamentos, com potenciais consequências pontuais em termos de contaminação de solo. No caso de vazamentos mais graves, ou de vazamentos não remediados de maneira imediata, haverá também o risco de contaminação de águas subterrâneas. Trata-se de impacto potencial.

10. Geração de Emprego de Construção

A geração de empregos durante as obras é um efeito sempre positivo. De acordo com informações da JGA Engenharia, as obras do CH Novo São José contam atualmente com aproximadamente 100 trabalhadores.

Impactos Potenciais Durante a Operação/Ocupação

11. Risco de Tensões entre População Beneficiada e População Residente no Entorno

Há possibilidade de ocorrência de tensões entre a população beneficiada pelo projeto e a população vizinha (moradores de áreas próximas).

A população residente no entorno do projeto pode identificar ou rotular os moradores do conjunto habitacional como indivíduos problemáticos na ordem social.

Essa percepção por parte de moradores vizinhos a condomínios destinados à habitação popular varia, evidentemente, em razão do contexto socioespacial. No caso em pauta, a população beneficiada pelo projeto é oriunda da Comunidade São José, situada na margem oposta do rio Jaguaribe.

12. Geração de Tráfego durante a Operação

Na condição de ocupação plena, o empreendimento contará com uma população residente de aproximadamente 1.300 pessoas. Considerando o perfil socioeconômico da população não se espera inicialmente uma taxa de motorização significativa.

Não foram realizados para avaliação de efeitos do tráfego gerado pelo empreendimento em sua situação de plena ocupação. De qualquer forma, não se espera que o incremento do tráfego provocado pelo CH Novo São José impacte significativamente o sistema viário local. Evidentemente, vias locais próximas já apresentam tráfego urbano intenso e o processo de adensamento tende a sobrecarregar as vias.

13. Ruído durante a Operação

A ocupação do empreendimento deverá gerar ruído característico de empreendimentos urbanísticos. O gerador com maior potencial de alteração dos níveis atuais de ruído comunitário nas ruas do entorno será o tráfego induzido.

Alterações nas demandas por serviços públicos não são esperadas com a ocupação do CH Novo São José, uma vez que a população beneficiada pela implantação do empreendimento reside no entorno, compondo desse modo o público usuário dos equipamentos existentes.

6.0

Envolvimento de Partes Interessadas

Para a caracterização do envolvimento das partes interessadas foram efetuadas entrevistas e consultas junto aos agentes partícipes da implantação do conjunto habitacional, caso da Prefeitura de João Pessoa (SEMHAB e SEMAM), da empresa construtora (JGA Engenharia) e da Caixa Econômica Federal (CEF) e com moradores de áreas próximas ao projeto. O objetivo destas consultas foi o de verificar o papel de cada instituição no planejamento e implantação do projeto, bem como identificar os mecanismos de interação entre as partes e sua atuação na gestão socioambiental.

O envolvimento dos agentes partícipes é resumidamente caracterizado a seguir:

Caixa Econômica Federal (CEF)

Em conjuntos habitacionais do PMCMV atua exclusivamente no financiamento do projeto e de acordo com portarias de instruções do Ministério das Cidades. Essa atuação é feita pela Caixa Habitação (financiamento de habitações) e pela Caixa Governo (obras de infraestrutura).

Para a Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, a CEF analisa e aprova a contratação de projetos apresentados pelas construtoras privadas, pelos municípios ou pelos estados, isoladamente ou de forma articulada, conforme diretrizes e critérios definidos pelo Ministério das Cidades.

O procedimento de análise de projetos tem como foco a verificação da conformidade da documentação, como alvarás, licenças e autorizações, projetos de engenharia, Anotações de Responsabilidade Técnica, manifestações e aprovações do Conselho Regional de Engenharia. O objetivo é verificar se a proposta atende os critérios das instruções normativas que pautam a atuação do banco.

Uma vez aprovado o projeto e liberados os recursos, na fase de obras o banco efetua vistorias mensais nas obras para análise das medições das empresas construtoras.

Aspectos ambientais, de saúde ocupacional e segurança do trabalho nas obras não integram o escopo de acompanhamento da CEF.

O banco possui canal de comunicação com os beneficiários para auxiliar na solução de problemas construtivos (Programa de Olho na Qualidade).

Construtora JGA Engenharia

Proponente do projeto, a JGA Engenharia é a empresa que recebe os recursos do financiamento e constrói o empreendimento com base no projeto aprovado pela CEF.

Enquanto empreendedor obteve as licenças ambientais, alvarás de construção e outras aprovações necessárias para o início das obras.

Tem a responsabilidade de executar as obras de acordo com os condicionantes estabelecidos nas licenças ambientais, emitidas pela SEMAM.

Junto à SEMHAB possui articulação ou interação efetiva no que se refere ao cronograma de obras, unidades produzidas, aspectos construtivos e projeto, entre outros relativos à produção.

Encaminha mensalmente os boletins de medição dos serviços para a CEF.

Não são emitidos relatórios periódicos relativos ao controle ambiental ou de atendimento aos condicionantes da licença de instalação.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMAM

É o órgão ambiental executivo do município de João Pessoa, responsável pelo licenciamento ambiental do CH Novo São José.

De acordo com a SEMAM, uma vez emitida a Licença de Instalação para o empreendimento, sua atuação se limita a renovar a licença (se solicitado) e a emitir a Licença de Operação.

Não efetua vistorias e ações de fiscalização, bem como não analisa relatórios de monitoramento ou desempenho ambiental das obras.

A interação com a SEMHAB em relação ao projeto se limita a eventuais demandas de licenciamento, como a renovação de licenças.

Secretaria Municipal de Habitação - SEMHAB

É responsável pela política habitacional do município. Por isso desenvolve intenso relacionamento com as comunidades que demandam moradias.

No caso das obras do CH Novo São José, a atuação da SEMHAB contempla aspectos relativos ao cadastramento socioeconômico das famílias que podem ser beneficiadas, ao processo de seleção, ao aluguel social, ao Trabalho Técnico Social e ao acompanhamento das obras.

No que se refere às obras, a atuação da SEMHAB tem como foco o acompanhamento ou fiscalização da produção, ou seja, do avanço das obras, do cumprimento do cronograma e da entrega das unidades habitacionais. Participa também da análise de mudanças de projeto.

Efetua ainda a articulação com outras secretarias para a solução de demandas previstas na infraestrutura social, com destaque para as pastas de saúde, educação e transporte.

Aspectos ambientais, de saúde ocupacional e segurança do trabalho nas obras não são objeto de verificação e acompanhamento por parte da SEMHAB.

Comunidade do entorno

Foram realizadas entrevistas não estruturadas com moradores de áreas próximas ao projeto com o objetivo de verificar a interação da população com o empreendimento e especialmente sua percepção quanto aos impactos de vizinhança. Tal procedimento, realizado no mês de março de 2017, não caracteriza um processo formal de consulta à população do entorno do projeto, mas simplesmente uma atividade complementar para obtenção de informações sobre eventuais impactos e incômodos decorrentes da implantação do conjunto habitacional.

As informações obtidas nesse procedimento são consolidadas no **Quadro 6.0.a**, apresentado a seguir.

Quadro 6.0.a

Informações obtidas em entrevistas não estruturadas no entorno do CH Novo São José – março de 2017

Identificação	Aspectos relatados
A. R. S. , autônomo, residente há 6 meses no bairro Manaíra.	<p>Morador residente junto ao acesso principal do canteiro de obras.</p> <p>Relata a ocorrência de incômodos associados à suspensão de poeira, sobretudo pelo fato de que a poeira afetada o interior de sua residência, exigindo constante trabalho de limpeza.</p> <p>Relata que o problema diminuiu significativamente nos últimos meses.</p> <p>Não encaminhou reclamação à construtora no canteiro de obras ou à prefeitura.</p>
N. A. , comerciante, residente há 4 anos no bairro Manaíra.	<p>Moradora residente junto ao acesso do canteiro de obras relata a ocorrência de incômodos durante a fase inicial das obras, como poeira e vibrações.</p> <p>Relata que ainda hoje a poeira é um problema e que não há humectação ou limpeza da via.</p> <p>Indicou que as vibrações não resultaram em danos às edificações.</p> <p>Não encaminhou reclamação à construtora no canteiro de obras ou à prefeitura.</p>

Consulta Pública

Em 27 de abril de 2017, a versão preliminar do presente Relatório de Avaliação Ambiental foi disponibilizada para consulta no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de João Pessoa no seguinte endereço:

http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2016/06/RAA-Novo-São-José_v1rev.pdf?x92016

Posteriormente, no dia 8 de maio de 2017 foi realizado um procedimento de consulta pública sobre a avaliação socioambiental do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa e dos projetos de contrapartida ofertado pela prefeitura, entre os quais o Conjunto Habitacional Novo São José. Esse procedimento, promovido pela Prefeitura de João Pessoa, se deu através de uma reunião aberta à participação da população.

A reunião de consulta pública foi realizada no auditório do Serviço Social do Comércio (SESC), no bairro do Cabo Branco, em João Pessoa. O objetivo central do evento foi o de apresentar os resultados das avaliações ambientais, esclarecer dúvidas e colher contribuições da população para o desenvolvimento do Programa.

A Ata de Reunião apresentada no **Anexo 1** do presente documento detalha a condução do evento, os assuntos tratados e os agentes participantes. Após abertura oficial da reunião, o representante da consultoria responsável pela Avaliação Socioambiental do Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado e Sustentável do Município de João Pessoa apresentou o conteúdo da avaliação do Programa, abordando temas como a situação socioambiental do município, os projetos mais relevantes para o desenvolvimento local, os impactos socioambientais decorrentes dos projetos e os programas socioambientais propostos. As diretrizes da política socioambiental do BID foram também expostas na apresentação.

Na sequência, a reunião de consulta pública passou a tratar da avaliação socioambiental da amostra de projetos de contrapartida ofertados pelo município de João Pessoa, entre os quais o Conjunto Habitacional Novo São José, conforme registrado na Ata de Reunião (**Anexo 1**). Foram apresentadas pela representante da JGP as principais características de cada conjunto habitacional, como o número de unidades, composição em número de blocos e/ou condomínios, área dos apartamentos, dimensões dos terrenos, construtoras responsáveis pelas obras, equipamentos sociais e de lazer, comércio, caso estivessem previstos, para cada projeto. Foram também apresentados mapas de localização dos projetos e dos equipamentos sociais situados no entorno de cada um dos empreendimentos (raio de 1 km do empreendimento). Após a apresentação dessas características principais da configuração dos conjuntos habitacionais foram mostrados os principais impactos detectados na avaliação ambiental. Na sequência foram apresentadas as medidas de ajuste necessárias para uma melhor gestão socioambiental dos projetos.

A seguir, a seção foi aberta para manifestações do público presente.

Foram registradas manifestações de representantes de instituições como o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e de membros de secretarias municipais, entre as quais a de Segurança Urbana, Habitação e de Meio Ambiente, abordando aspectos da avaliação do Programa.

Não foram registrados questionamentos ou considerações sobre os conjuntos habitacionais da amostra ou sobre a avaliação socioambiental desenvolvida.

De acordo com informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, o público presente na reunião foi de 75 pessoas, conforme evidenciado pela Lista de Participantes apresentada no **Anexo 2** deste documento.

7.0

Avaliação de Risco de Desastres Naturais

O CH Novo São José está situado na margem direita do rio Jaguaribe.

As edificações do conjunto foram posicionadas fora dos limites da Área de Preservação Permanente (APP) do rio. Nesse trecho (baixo curso), o rio Jaguaribe se caracteriza pela baixa declividade do canal e pelo fenômeno de inundação de sua planície em eventos de cheia.

A intensidade desses eventos tem sido intensificada pela intensa ocupação urbana e consequente impermeabilização da superfície na bacia hidrográfica. Áreas do bairro Manaíra são afetadas anualmente pela cheia do rio Jaguaribe.

Nesse aspecto, considerando variáveis como a intensidade das precipitações e do assoreamento do canal, além da localização do projeto, não se pode descartar a ocorrência de enchentes capazes de afetar, ao menos parcialmente, o terreno do CH Novo São José.

8.0

Plano de Gestão Ambiental e Social

As medidas apresentadas na presente Seção objetivam indicar ações necessárias para a melhoria da gestão socioambiental do projeto e garantia mínima de salvaguardas ambientais e sociais do BID. São medidas corretivas preliminarmente apresentadas pela consultoria responsável pela elaboração do presente documento.

Plano de Gestão Socioambiental das Obras

1. Gerenciamento de Resíduos sólidos

Em relação ao gerenciamento de resíduos, no licenciamento ambiental do projeto foi definida a exigência de uma elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Assim, de modo geral recomendam-se ações de melhoria no gerenciamento de resíduos:

- Toda área de trabalho deverá ser mantida em ordem e sem disposição irregular de lixo e/ou entulho. A varrição periódica será exigida;
- O acúmulo (estocagem) de resíduos de construção deverá se circunscrever aos perímetros **previamente delimitados** para essa finalidade;
- Melhorar a coleta de resíduos nos blocos, considerando a instalação de coletores;
- Garantir que sejam adotados procedimentos específicos e adequados para a coleta, manuseio, acondicionamento e disposição final de cada tipo de resíduo;
- Assegurar que, no caso de resíduos considerados perigosos, apenas empresas especializadas e licenciadas pelos órgãos ambientais competentes realizem o transporte do material, assim como a sua disposição final de maneira controlada;
- Priorizar, sempre que possível, a reutilização e/ou reciclagem dos materiais;
- Assegurar a devida destinação para os resíduos passíveis de tratamento;
- Promover a adequada disposição final de resíduos não recicláveis.

2. Treinamento Ambiental para Trabalhadores

O treinamento ambiental da mão de obra tem como objetivo assegurar que os trabalhadores realizem suas atividades de acordo com procedimentos adequados, considerando cuidados com o meio ambiente e com as comunidades vizinhas. O treinamento ambiental deve fornecer informações relevantes sobre o controle ambiental das obras, com foco na importância da prevenção e controle de erosão, poluição e contaminação do meio ambiente, na organização e limpeza das áreas de trabalho e coleta de resíduos.

3. Plano Ação para Melhoria das Condições de Trabalho e Cumprimento da NR-18

As condições verificadas no alojamento do CH Novo São José justificam ações corretivas imediatas por parte da JGA Engenharia, de forma a cumprir as exigências e parâmetros da NR-18.

O imóvel utilizado não possui capacidade para alojar o número de trabalhadores atualmente ali instalados.

Assim, a JGA deve apresentar um Plano de Ação Corretiva que detalhe ações para melhoria das condições do alojamento dos trabalhadores, de modo a atender plenamente os parâmetros da NR-18.

4. Plano de Comunicação

É recomendável o estabelecimento de canais efetivos de comunicação da JGA com a comunidade e com os trabalhadores.

Além de ações de comunicação dirigidas aos dois públicos, é importante a operacionalização de canais de comunicação para encaminhamento de queixas e reclamações sobre impactos gerados no entorno, danos a terceiros, comportamento e postura de trabalhadores, trânsito de veículos da obra, entre outros.

No caso dos trabalhadores é recomendável também que se estabeleça um canal que permita o trabalhador opinar sobre as condições de trabalho, solicitar melhorias e apresentar críticas de maneira anônima.

5. Reestruturação para Gestão dos Projetos

Conforme registrado na Seção 6.0, a atuação das instituições envolvidas na implantação do projeto não tem sido plenamente integrada, caso da SEMHAB, da SEMAM e da Caixa Econômica Federal.

Nessa condição, sob o aspecto socioambiental, atualmente não se verifica no projeto uma gestão que possibilite a prevenção e o acompanhamento dos impactos socioambientais ambientais na obra e dos impactos de vizinhança, além do gerenciamento das questões relativas às condições de trabalho dos operários envolvidos nas obras.

A reestruturação da gestão é uma ação que deve ser executada pela Prefeitura de João Pessoa, de forma que a SEMAM desempenhe efetivamente o papel de órgão ambiental licenciador, executando o acompanhamento do cumprimento de condicionantes da licença ambiental, e que a SEMHAB assuma efetivamente o acompanhamento das obras, ampliando seu escopo de gestão para além do acompanhamento da produção das unidades.

Plano de Gestão Socioambiental da Fase de Operação

As medidas de mitigação dos impactos durante a fase de operação serão de responsabilidade da Prefeitura de João Pessoa.

6. Manutenção das Áreas Verdes e Paisagismo no Interior do Empreendimento

Todas as áreas verdes e o paisagismo no interior do empreendimento devem ter sua manutenção garantida, garantindo-se as condições para a preservação da vegetação remanescente, o desenvolvimento das espécies previstas no Projeto Paisagístico, além do uso das áreas verdes pela população do projeto.

7. Educação Ambiental

Em sinergia com a Educação Ambiental prevista no Trabalho Técnico Social desenvolvido pela Prefeitura de João Pessoa (com base na Portaria 21/2014), é recomendável o desenvolvimento de Projeto de Educação Ambiental, de forma a contribuir com a aquisição de conhecimentos e habilidades por parte da população beneficiada, fomentando o desenvolvimento de novas atitudes, a participação individual e a participação coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como da conservação, limpeza e sustentabilidade do local em que vivem.

As informações do cadastro socioeconômico devem subsidiar a elaboração de um projeto de educação ambiental adaptado à realidade e perfil da população beneficiada.

Temas como o uso da água e da energia elétrica, a coleta seletiva de resíduos, bem como seu aproveitamento e destinação são recorrentes e devem ser contemplados.

8. Comunicação Social

Também em sinergia com o Trabalho Técnico Social faz-se necessário a avaliação da pertinência de ações de comunicação social na vizinhança do projeto, de forma a possibilitar, aos moradores do entorno, o acesso às informações precisas sobre o objetivo do empreendimento e sobre a população beneficiada, além de seus impactos positivos na qualidade de vida da população.

Espera-se que as atividades de comunicação possam reduzir os riscos de tensões e de segregação social da população do projeto.

As atividades podem ser realizadas através de reuniões com associações de moradores já estabelecidas, campanhas de divulgação e atividades nas escolas próximas.

9. Estrutura para Coleta Seletiva

A coleta seletiva deve ser operacionalizada desde o início da ocupação do empreendimento. Para tanto, recomendável que nos condomínios sejam habilitados diversos locais para instalação de contenedores coloridos de acordo com a codificação estabelecida na Resolução CONAMA N° 275/2001.

São Paulo, junho de 2017.

Anexos

Anexo 1 - Ata de Reunião de Consulta Pública

APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL – RAA 2ª CONSULTA PÚBLICA

ATA DA APRESENTAÇÃO

Abertura:

Cerimonial - Dá as boas vindas ao público do evento e anuncia a apresentação do RAA da cidade, assim como dos três conjuntos habitacionais que entram como contrapartida por parte da Prefeitura do Município (NOVO SÃO JOSÉ; SATURNINO DE BRITO E VISTA ALEGRE). Em seguida, convida o Secretário de Receita Municipal, Adenilson Ferreira, para iniciar o evento com a apresentação da Plataforma ICES e do Programa João Pessoa Sustentável.

Apresentações:

Secretário de Receita Municipal, Adenilson Ferreira – Agradece a presença de todos, numa noite chuvosa de segunda feira, e destaca a importância do tema da Sustentabilidade e de como a cidade de João Pessoa se enquadra na iniciativa proposta pelo BID. Enfatiza que João Pessoa foi a primeira cidade dentro da parceria BID-CAIXA e a que está mais avançada em relação às demais cidades contempladas com o Programa. Inicia a apresentação com um apanhado geral da Metodologia ICES e o desenvolver do Projeto no município de João Pessoa. Dá sequência apresentando os três pilares do Projeto, assim como a interação entre eles. Em seguida, exalta o quão integrado o Projeto é, envolvendo praticamente todas as Secretarias do município, além da Universidade e Sociedade Civil. Expõe que foram analisados 117 indicadores e seus respectivos filtros para, então, chegar nas áreas que mais necessitavam uma intervenção. Das áreas priorizadas, surgiram várias ações, que se distribuem em três componentes, a saber: (i) Desenvolvimento Urbano e Sustentável e Gestão da Cidade; (ii) Desenvolvimento Econômico e Competitividade; (iii) Fortalecimento da Gestão Pública. Informa que todas as etapas desenvolvidas no decorrer da implementação da Metodologia estarão, em breve, disponíveis no portal da transparência para amplo acesso da população.

Cerimonial – Dá continuidade chamando o consultor do BID na área de Meio Ambiente, Marcelo da Costa, para dar início à apresentação do Relatório de Avaliação Ambiental – RAA da cidade. Informa que, na sequência, será chamada a Consultora e Socióloga Márcia Chaves, que apresentará os RAA específicos.

Consultor do BID, Marcelo da Costa – Inicia agradecendo a receptividade por parte da Prefeitura e dos demais envolvidos, assim como a presença de todos. Em seguida, questiona o público a respeito de quem estava presente na primeira consulta pública, visando resumir a apresentação e direcioná-la para o momento dos debates e intervenções. Ressalta a qualidade da cidade de João Pessoa (no sentido de quanto a cidade avançou no que tange a implementação do Projeto), seus indicadores e os problemas que a cidade vem enfrentando. Segue dando ênfase ao significado da palavra SUSTENTABILIDADE – é o provimento, no hoje, de uma qualidade de vida para as pessoas, de modo que você possa garantir essa mesma qualidade de vida no futuro também. Ressalta que essa realidade está diretamente relacionada com o impacto ao Meio Ambiente. Em seguida, inicia a apresentação de índices (ressalta o IDH). Ainda em caráter introdutório, chama atenção para a dicotomia que marca o município – apesar dos avanços e destaques em várias áreas, há questões que precisam de total atenção da gestão. Em seguida, ressalta o objetivo geral do Programa, a saber: promover a sustentabilidade urbana (ênfatizando que, para a Prefeitura, é muito difícil solucionar essa questão de uma só vez). Para tanto, expõe os objetivos específicos que compõem as ações, a saber: (i) reduzir a desigualdade urbana; e (ii) modernizar os instrumentos de planejamento urbano e prestação de serviços. Ressalta, ainda, que o impacto da desigualdade social e elevado número de populações morando em áreas de risco e em aglomerados subnormais alertam para a necessidade de fazer um reordenamento desse ambiente. Traz luz para a importância do cuidado com o saneamento básico, ao realocarem a população, para prever problemas de saúde. Em seguida, passa rapidamente pelas fotos das áreas de risco presentes nas comunidades alvo do Programa.

Simplificação através de uma apresentação lúdica - Etapas:

- (i) Situação Ambiental (questões que a prefeitura julgou como importantes e emergenciais);
- (ii) Programa João Pessoa Sustentável (alternativa: busca financiamento com os bancos – CAIXA + BID – Plataforma ICES)
- (iii) Solicitação do RAA para entender se está havendo Sustentabilidade no município – Os consultores se dirigem para avaliarem se as ações estão de acordo com as políticas do Banco; avalia os impactos positivos e negativos e colocam na balança para saber se está havendo sustentabilidade.

Dá sequência a sua apresentação destacando algumas diretrizes do BID, das quais destacamos: (i) Consulta Pública: apresentar o que foi desenvolvido e ouvir da população as expectativas, preocupações e questionamentos; (ii) após Consulta, produzir Relatório que segue para o Banco, no intuito de produzir uma Consulta Final . Por fim, vem a execução do financiamento.

Em seguida, adentra, mais especificamente, na identificação dos impactos ambientais analisados no decorrer do RAA. Assim, ressalta os impactos no meio biótico; no meio físico e, por fim, no meio socioeconômico.

Dá sequência com a apresentação de algumas políticas e diretrizes do BID. Num primeiro momento, destaca as diretrizes presentes na OP-703, que diz respeito à incidência no programa e as medidas de salvaguardas de cumprimento em questões

como: (i) Fatores de Risco; (ii) Supervisão e Cumprimento; (iii) Habitats Naturais; (iv) Espécies Invasoras; (v) Sítios Culturais; (vi) Materiais Perigosos; (vii) Prevenção e Redução de Contaminação; (viii) Projetos em Co-financiamento; (ix) Aquisições; (x) Avaliação de Riscos e Desastres; (xi) Política de Reassentamento Voluntário; (xii) Política de Acesso à Informação.

Rapidamente, passa pelos Programas desenvolvidos para implementação do Projeto.

Por fim, agradece a paciência e presença de todos, ao passar a palavra para a Consultora Márcia, socióloga, para apresentar os RAA específicos dos Conjuntos Habitacionais utilizados como contrapartida pelo Projeto (amostra de 3 dos conjuntos).

Consultora do BID, socióloga, Márcia Chaves – Expõe que foram escolhidas três obras, como amostra, para desenvolver um RAA específico. O RAA, como dito por Marcelo, busca avaliar o cumprimento das salvaguardas ambientais e sociais do BID, assim como os impactos que os empreendimentos podem causar no seu entorno. Em seguida, relata os conjuntos contemplados na amostra, apresentando algumas das suas principais características:

- **Conjunto Habitacional NOVO SÃO JOSÉ:** Em fase de obras. 336 unidades habitacionais. Objetiva atender famílias residentes em áreas de risco da comunidade São José.

- **Conjunto Habitacional SATURNINO DE BRITO:** Em fase de obras. 400 unidades habitacionais. Objetiva atender famílias residentes em áreas de risco próximas ao projeto.

- **Conjunto Habitacional VISTA ALEGRE:** Em fase de obras. 2.016 unidades habitacionais. Objetiva atender famílias residentes em diferentes comunidades de João Pessoa, inclusive em áreas de risco.

Em seguida, apresenta a análise técnica, que estimou os seguintes impactos:

- Impactos socioambientais de baixa intensidade;
- Habitualmente esperados para obras prediais e projetos urbanísticos;
- Perda de cobertura vegetal;
- Tráfego durante a construção;
- Geração de resíduos sólidos (entulho e lixo);
- Vibrações e risco de danos às construções vizinhas;
- Redução de áreas permeáveis;
- Ruído;
- Geração de Empregos;

- Aumento da demanda local por serviços públicos.

Com base nos referidos impactos, foram propostas as seguintes medidas de melhorias:

- Melhoria na gestão dos aspectos socioambientais por parte da PMJP;
- Melhoria na gestão ambiental das obras por parte das empresas construtoras, sobretudo na gestão dos resíduos sólidos da construção civil;
- Melhoria das condições de trabalho e acomodação de trabalhadores;
- Monitoramento de impactos e pressões na infraestrutura;
- Reforço na educação ambiental prevista no Trabalho Técnico social;
- Implantação de canal de comunicação para registro de consultas e reclamações da comunidade do entorno dos projetos.

Em seguida, abre-se espaço para questionamentos e intervenções:

Questões/Intervenções:

(i) **Nome:** Ronilson

Ocupação: IBAMA

Intervenção: Inicia a intervenção com a seguinte sugestão - A mata do buraquinho é uma unidade de planejamento estadual, entretanto, o CUIÁ, mereceria uma atenção de vocês. Talvez pudesse fazer uma permuta. Em seguida, expõe sua visão de que o fato de João Pessoa ser conhecida como a segunda cidade mais verde do mundo oferece alguns privilégios: SEMAM e IBAMA muito atuantes (principalmente na central de denúncias). Por fim, elogia o Projeto e expõe que fica feliz em saber mais detalhes sobre o andamento do Plano.

(ii) **Nome:** Geraldo Amorim

Ocupação: Secretaria de Segurança Urbana do Município

Intervenção: Concentra a intervenção na sua visão de que os Conjuntos que estão sendo construídos estão segregando os moradores das respectivas comunidades, criando, praticamente, uma faixa de Gaza. Enfatiza a criação de facções e o fato do Ministério Público ter questionado a criação do Muro de contenção. Finaliza questionando a necessidade de atuar para prover maior segurança e questiona quais ações serão tomadas, visando melhores condições para os moradores contemplados.

(iii) **Nome:** Anderson Fontes

Ocupação: Secretaria do Meio Ambiente

Intervenção: Inicia sua intervenção expondo que a questão ambiental no Brasil é muito complexa, quando tratando, especificamente, do licenciamento (mudanças de legislações). Assim, enfatiza que, segundo sua experiência, não é fácil fazer e executar as práticas de licenciamento diante do respectivo ciclo de mudanças. Em seguida, relata que, hoje, a política de

licenciamento tem buscado que os relatórios sejam cobrados, dentro dos processos. Exalta a necessidade de maior diálogo com a SEMAM e enfatiza a importância e o quão louvável foi o BID dialogar diretamente com a Secretaria, algo não visto anteriormente quando tratando de operações com Bancos. Desse modo, expõe que se constrói, aqui, um novo modelo de Gestão Ambiental Compartilhada – aproximação com diversas Secretarias envolvidas. Como técnico, enfatiza que a realidade é de mudança e construção de um novo cenário para as gerações futuras, através desse modelo de educação ambiental que só tende a crescer no município.

(iv) **Nome:** Luciano

Ocupação: Secretaria de Habitação

Intervenção: Direciona sua intervenção para o ponto levantado anteriormente, sobre o Muro (divisão) questionado pelo MP – Expõe que a Secretaria de Habitação procura fazer empreendimentos que atenda a população como um todo, em áreas compatíveis e com estruturas para abarcar os empreendimentos. Assim, ressalta que, em alguns casos, a população aceita ser descolada. No caso da Saturnino de Brito, a população não aceitou o referido descolamento. Desse modo, a única forma para a Secretaria atuar seria através da construção do muro. No que diz respeito ao problema das facções, ressalta que é um problema presente em todo o Brasil. Entretanto, chama atenção para o fato de que é uma minoria. Nesse cenário, relata que precisamos seguir, primeiramente, com a solução do problema da habitação, tentando sempre dar melhor qualidade de vida para a população. Num segundo momento, foca-se na questão da segurança. Finaliza expondo que existem falhas que merecem ser revistas e solucionadas. Nesse sentido, ressalta que elas serão solucionadas através da atuação integrada de todas as Secretarias envolvidas.

Após as respectivas intervenções, o Secretário de Receita Municipal, Adenilson Ferreira, encerra o evento agradecendo a presença de todos e indicando que os documentos estão disponíveis para consulta no site da PMJP.

Anexo 2 – Lista de participantes da Reunião de Consulta Pública

LISTA DE PRESENÇA
2ª CONSULTA PÚBLICA RAA
08/05/2017 – AUDITÓRIO DO SESC

No	NOME	ÓRGÃO/CARGO	TELEFONE	EMAIL
1	Adriano Soares Silva	IRF/SEMA B	3318-5519	Adriano.Silva@gmail.com
2	Luciano Fontes de Medeiros	SEMA B / Auditorio	3318-5518	luciano.fontes96@hotmail.com
3	TAO LUIS BATISTA PONTES	DIEP/SEMAN/ Auditorio	3214-4941	tao.pontes@hotmail.com
4	ANDERSON LEITE FONTES	DCA/SEMAN	986501690	ANDERFONTE59@hotmail.com
5	MARIA AMÉLIA CASTRO	SEC. DE EDUC.	98839-1077	AMELI CASTRO@gmail.com
6	Marinilda R. da Silva	Orcamento	9.86086041	
7	Marilene M. da Silveira	Orcamento	988532080	
8	Marcelo Antonio Aires S. Jr.	OP	98746-9438	
9	Francisco José B. Elvaz	OP	988252131	BIAGENI2003@YATEC.COM.BR
10	maria Cleofe G. e Silva	SEMAN	981242483	maria.cleofe@gmail.com
11	Maicon da Silva	O.P	987228244	maiconda Silva@hotmail.com
12	Deolga Helena V. Dorsane	OP	9885-8186	Deolga Helena Vitorino@hotmail.com
13	Camanda F. Silva	Propositora	99972-4615	camandafsilva@gmail.com
14	Roberto de Almeida	Deputado	987618425	robertoalmeida@gmail.com
15	FABIO SILVA DE OLIVEIRA	PMDB/SEMAN	999004501	fabio.silva@pmdb.com.br
16	Edilene da Costa Figueira	SEDEC/SEMAN	988902530	edilene.silva@gmail.com
17	SEBASTIÃO S. ALMEIDA	SEMAN	999495455	sebastiao.almeida@gmail.com
18	Manoel dos S. Almeida	SEMAN	987783635	manoel.dos.silva@gmail.com
19	Manoel dos S. Almeida	SEMAN	98881-4674	manoel.dos.silva@gmail.com
20	JOSE CARLOS L. SILVA	SEMAN	988860079	joze.carlos.l.silva@gmail.com
21	JOSE CARLOS L. SILVA	SEMAN	988029403	joze.carlos.l.silva@gmail.com
22	JOSE CARLOS L. SILVA	SEMAN	98751896	joze.carlos.l.silva@gmail.com

No	NOME	ÓRGÃO/CARGO	TELEFONE	EMAIL
23	CAROLINA CAMARAO	ASISTENTE EMENH	3214-4941	CELIGERAC@YAHOS.COM.BR
24	Geo MOS BSTERIA	DEPTO CIVIL	98331 6891	PROGESTDAO@HOTMAIL.COM
25	Alberto Alves Sapiro	DEPTO CIVIL	98750-4682	ASABINO5@HOTMAIL.COM
26	Hermes Lima	SEMANA	98645-8433	luciano.aria@hotmai.com
27	Ademilson DE OLIVEIRA PEREIRA	SEMANA	98449-4059	ADEMILSON150409@PA.RB.COM
28	Renato J. Holanda	PROCON	98682 6400	ricardodholanda@hotmail.com
29	Ronilson José da Paz	IBAMA / ANCLIMA	98630.3954	Ronilson.paz@gmail.com
30	Yasara Martins	SEMAM-DIVA	9914-6633	marcamartins106@GMAIL.COM
31	Alfredinho G. M. Maciel	SEREY UPP	99853-4444	valdeiramaie@gmail.com
32	Abelardo Wilson Neto	SEMANA	99136-0845	Abelardo Wilson Neto
33	Rodrigues Celso de B. Pereira	PROSEM Adm	99938-3862	rodinpedelade@hotmail.com
34	Leandro Pereira	SECON	99131 0000	LEANDRO1@Pessoas@GMAIL.COM
35	Rosa Márcia S. Franco	RMC - S. Remo	98668 2358	rosaebasilbasustentabilidade.ecclon
36	Pedro Manoel Teixeira	Engº Municipal	987430403	pedromulinheiro@gmail.com
37	Guilherme M. M. Barbosa	Engº Municipal	98625 1520	guilherme194@GMAIL.COM
38	Renato S. S. de F. Silva	Adm. Civil	9999005643	RenatoSilva.S@GMAIL.COM
39	Guilherme G. Araújo	J. Públicos	99648002	guilhermeg@GMAIL.COM
40	ANA CAROLINA S. HEZURIANS	CONTADORA	183199661-6363	CAROLHEZURIANS@GMAIL.COM
41	Paulo Paulo Luis Henrique	CONTADOR	993199919-9117	PPH@GMAIL.COM
42	Murilo Carneiro de O. Dias	Secretaria	83 99955 0008	MuriloCarneiro@hotmail.com
43	Georgina Costa (Jardson)	Aux. Administrativo	98670 5135	georginacosta@hotmail.com
44	Rosângela de Almeida e Silva	Func. Público	98786 9577	Rosangela@hotmail.com
45	Albino de Almeida	Fun. Público	98355-6061	Albino15@GMAIL.COM
46	Georgina Costa	Func. Públicos	988303370	georgina@GMAIL.COM
47	Georgina Costa	Func. Públicos	98636 3880	—
48	Ademilson de Almeida	Func. Públicos	98890 6414	—
49	CELIGERAC (J. N. L. L.)	Func. Públicos	98749-4240	LUIS@GMAIL.COM

No	NOME	ÓRGÃO/CARGO	TELEFONE	EMAIL
50	Margarete de Bós (Paul)	OP	95703 6963	neg-mauricio@paul.com
51	Edson Roberto de S. L. Harold	Lider	98655-4422	edsonroberto@paul.com
52	Alexandre T. S. Farias	SEI em	98841 4071	alexandre.t.s.farias@gmail.com
53	Liliane Liliane de S. Lino	SEI em	98916-1281	liliane@paul.com
54	Joanes Domingos	Secom	99183-4032	joanes@paul.com
55	Adriano Adriano	Secom	98835-2455	adriano@paul.com
56	Severina J. Melo (Paul)	SEI em	99104 7522	severina.j.melo@gmail.com
57	Edson de S. L. Lino	SEI em	98169 6300	edson@paul.com
58	Paulo Sérgio de S. L. Lino	SEI em	98883 8346	paulo@paul.com
59	Paulo Sérgio de S. L. Lino	SEI em	98157 2689	paulo@paul.com
60	Marcelo de S. L. Lino	OP	98805 1337	marcelo@paul.com
61	Vitor Sebastião Gomes	SEI em	98895 5873	vitorsebastiao@gmail.com
62	Benedito de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	benedito@paul.com
63	Edson de S. L. Lino	SEI em	98662 5181	edson@paul.com
64	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98652 8871	adriano@paul.com
65	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98874 6331	adriano@paul.com
66	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98874 6331	adriano@paul.com
67	Jose Dantas de Lima	SEI em	98841 4071	jozedantas@gmail.com
68	Fernando de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	fernando@paul.com
69	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com
70	Liliane Liliane de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	liliane@paul.com
71	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com
72	Roberto de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	roberto@paul.com
73	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com
74	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com
75	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com
76	Adriano de S. L. Lino	SEI em	98841 4071	adriano@paul.com